

## **8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 19.04.2017**

### **PONTO 2.1 - Prestação de Contas de 2016 Declaração de Voto**

À semelhança dos anos anteriores e conforme seria de esperar, naturalmente que a prestação de contas relativa ao ano de 2016, que foi agora aprovada pela maioria PS/PSD, decorre da atividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de um Plano de Atividades e Orçamento igualmente aprovado unicamente com os votos desta mesma maioria.

Um Plano de Atividades e um Orçamento que assentam na estratégia e opções políticas de gestão que definiram, nas prioridades que estabeleceram, num projeto pelo qual só essa mesma maioria pode e deve ser responsabilizada.

Por isso e em coerência não nos podemos rever nesta mesma prestação de contas, pois ela espelha o resultado de algumas dessas opções e prioridades políticas que consideramos não corresponder nos seus elementos estruturantes às necessidades de intervenção do Município nas suas esferas de competência, e que por isso justificam o nosso voto contra.

Conforme referimos quando da discussão e aprovação do Orçamento de 2016 e do qual agora se prestam contas, referimos que aquele, como documento estruturante e sendo o de meio do mandato, deveria, em nossa opinião, corrigir insuficiências e carências por forma a elevar as condições de vida da população nas diversas áreas de intervenção municipal. Referimos também que era um orçamento mais realista e por isso também esclarecedor quanto às fontes de proveniência da arrecadação de receitas, nomeadamente quanto à sobrecarga fiscal que continua a ser imposta aos municípios.

Esta é uma realidade que contínua a estar refletida nesta prestação de contas de 2016.

A taxa de execução orçamental da receita de 71,7%, inferior à de 2015, deve-se em muito ao grau de execução da das receitas correntes e de entre estas à taxa de execução dos impostos diretos.

As receitas correntes de 2016 representaram 98,9 % do total da receita arrecadada, ou seja 63 718 451,52 € e foram executadas 101,3 %. Quanto às receitas de capital tiveram uma execução orçamental de apenas 1,1 % do inicialmente previsto. Para este grau de execução concorre, este ano não só o facto de ser nas receitas de capital que está incluída a verba dos 18,3 milhões de euros para ressarcimento da

instalação do município – processo que conforme informação, segue os trâmites legais e judiciais. Até quando? Perguntamos nós....

Mas também o facto de estar inscrita com receitas de capital a verba de 1,1 milhão de euros para a construção do Centro de Saúde de Odivelas, mas infelizmente nem verbas nem centro de saúde construído.

Os impostos diretos, com uma taxa de execução de 104%, continuam a ultrapassar as previsões de cobrança, pelo que continuam a ser o grande suporte financeiro deste município - e integralmente suportado pelos munícipes - representando 46,4% das receitas correntes arrecadadas. De entre estes destaque para o IMI, IMT e o IUC com uma taxa de execução de 101%, 115% e 97%, respetivamente, face à previsão.

Quanto a impostos indiretos verificamos uma execução global de 120% só na TMDP, arrecadando a CM cerca de 77 858 euros. De sublinhar que sendo esta uma verba residual, e após ter sido incrementado no OE a norma que faltava, para que esta taxa seja efetivamente paga pelas empresas e que deixe de ser mais um imposto para os munícipes, esperamos que este tenha sido o último ano que o mesmo tenha sido pago diretamente pelos munícipes.

No que concerne às receitas próprias municipais, provenientes de serviços prestados registamos negativamente uma diminuição generalizada das receitas provenientes de equipamentos municipais como a Malaposta, as Piscinas Municipais e o Pavilhão Multiusos, o que só nos pode fazer presumir deficiências graves na gestão e/ou na prestação e qualidade dos serviços prestados.

Quanto à execução orçamental da despesa, foi no global de 71,9%.

No parecer do ROC é relevado e dado ênfase à demonstração de resultados, que considera como positivo, a conclusão do trabalho realizado pela comissão que tinha sido constituída para valorização das redes viárias municipais.

Nós também consideramos importante que este trabalho tenha sido finalmente realizado e concluído, no entanto não podemos deixar de sublinhar que o mesmo devia estar há muito realizado. Será caso para dizer que este trabalho ficou concluído ao fim de dezoito anos de município.... foi com a maior idade!

Esta valorização, como afirma o próprio ROC, teve como efeito “...um aumento do valor bruto dos bens do domínio público, outras construções e infraestruturas em 13.391,21 milhares de euros, das amortizações acumuladas em 1.776,71 milhares de euros, das amortizações do exercício em 669,56 milhares de euros e dos resultados transitados em 12.284,06 milhares de euros”

Ou seja, a valorização, na ordem dos 15 milhões de euros, tem naturalmente impacto na situação financeira demonstrada, reflectindo-se no activo líquido dos resultados, pelo que se pode afirmar que parte das alterações positivas registadas no Relatório decorrem da consagração daquela valorização dos bens do domínio publico

municipal, naturalmente preexistentes e não tanto de qualquer alteração na gestão e/ou na política financeira do município.

Quanto à taxa de execução das GOP com uma taxa de execução de 64,4%, já a execução do PPI se ficou pelos 12,1%, consideramos muito baixo o investimento realizado.

Passados quase dois anos após a determinação da IGF para extinção da Odivelas Viva, continuamos a suportar o encargo anual de mais de 2 milhões de euros, referentes à PPP, que foi alvo de deliberações nesta câmara e na AM, foi alvo de notícias para a renegociação e, passado todo este tempo continuamos a suportar este encargo e não se sabem quais os desenvolvimentos, nem prazos, só sabemos que o erário público continua a suportar este encargo exorbitante, tanto mais que o Pavilhão está sob gestão municipal.

Alguns exemplos:

A PPP custa ao município 2,2 milhões de euros. A CMO em 2016 investiu a nível da cultura, desporto recreio e lazer 1,7 milhões de euros. Ou na proteção do meio ambiente e conservação da natureza 1,1 milhões de euros.

Mas podemos também comparar o investimento concretizado ao nível de reparação e beneficiação de edifícios, sejam os escolares, os mercados, ou instalações de apoio à terceira idade, onde tudo somado são 836 mil euros, ou seja duas vezes e meia menos que o encargo com a PPP.

Já para não falarmos no mercado da Arroja que ficou mais um ano à espera de melhores dias, ou os tão anunciados projetos de requalificação dos núcleos antigos, ou a requalificação da Av. D, Dinis. Também a aguardar “melhores dias” ficaram o parque da entrada nascente de Odivelas assim como o arranjo paisagístico do rio da costa e o parque urbano das colinas do cruzeiro, aliás estes são projetos e promessas que têm sido sucessivamente adiados.

É mesmo caso para dizer que durante este ano, o Concelho de Odivelas esteve em manutenção... nem uma obra, evento ou realização que se veja e digna de particular referência!!.

E por tudo o exposto e dito na fase de discussão, o voto contra dos vereadores da CDU.

Odivelas, 19 de Abril de 2017

Os Vereadores da CDU